



VOZES DO BRASIL EM FACE DA TRANSIÇÃO VERDE

*Não podemos falar
sobre justiça
climática sem
nossos territórios
organizados*

VOZES DO BRASIL EM FACE DA TRANSIÇÃO VERDE
"Não podemos falar sobre justiça climática sem nossos territórios organizados".

Autoria: Júlia Martí Comas e Clàudia Custodio Martínez

Prólogo: Ricardo Assis Gonçalves

Revisão: Marta Pérez Fargas

Tradução: L'Apòstrof, SCCL

Design e layout: Lucía Armiño

Impressão: Cooperativa Cevagraf

Editado por: Observatori del Deute en la Globalització
c/ Junta de Comerç, 20 principal. 08001 Barcelona

observatori@odg.cat · Tel: 93 301 17 93 · www.odg.cat/en

Maio de 2026

Apoiado por:



O conteúdo deste briefing é de responsabilidade exclusiva de seus autores e não necessariamente refletem a opinião dos financiadores.

Página 6: Google Earth
As restantes imagens foram captadas pela equipa do ODG durante o trabalho de campo no Brasil.

Você tem o direito de:

- Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato

O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

- Atribuição — Você deve dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso.

- NãoComercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

- SemDerivações — Se você remixar, transformar ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.

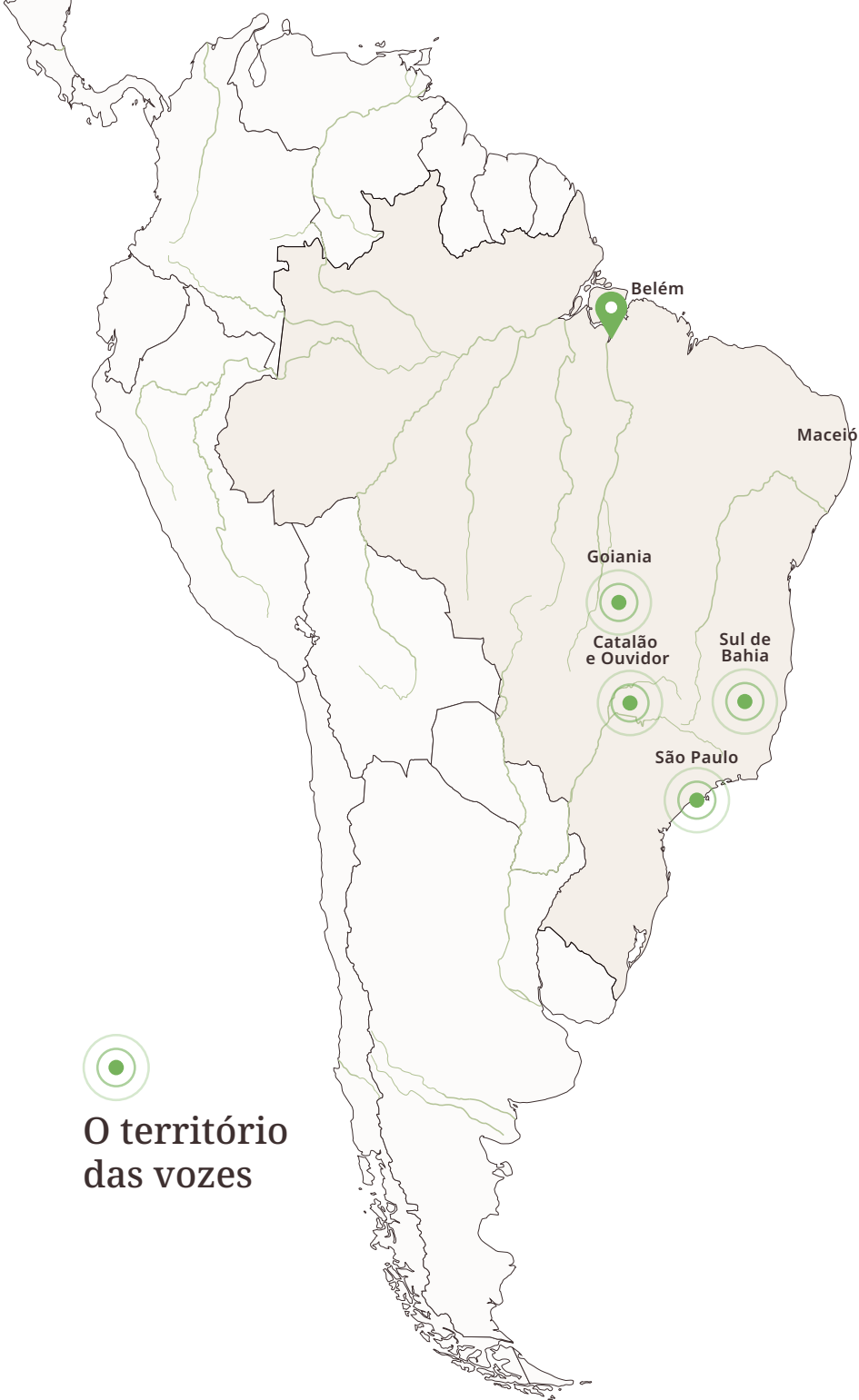
Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

Avisos:

Você não tem de cumprir com os termos da licença relativamente a elementos do material que estejam no domínio público ou cuja utilização seja permitida por uma exceção ou limitação que seja aplicável.

Não são dadas quaisquer garantias. A licença pode não lhe dar todas as autorizações necessárias para o uso pretendido. Por exemplo, outros direitos, tais como direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais, podem limitar o uso do material.





O território das vozes



As vozes do território

Entrevistadas



Ingrid ãgohó: líder do povo Pataxó no extremo sul da Bahia. Seu povo está lutando para defender a terra recuperada dos fazendeiros, que os assediam e ameaçam continuamente. Apesar da violência, eles permanecem no território, recuperando sua cultura e protegendo os ecossistemas afetados por séculos de monocultura.



Rikartiany Cardoso: advogada e especialista em direitos humanos, mora em Maceió (Alagoas), cidade fortemente afetada pela mineração, e faz parte da Coordenação Nacional do MAM, o movimento brasileiro pela soberania popular na mineração. Movimento este que começou a se organizar em 2012 e atualmente está presente em 9 estados.



Simone Rodrigues: educadora popular, é membro da liderança nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e vive em um de seus assentamentos no extremo sul da Bahia.



Karina Martins: professora e faz parte da Coordenação Nacional do MAM (Movimento pela soberania popular na mineração).



Erahsto Felício: educador e comunicador da organização Teia dos Povos, coautor do livro “Por Terra e Território”, que defende a soberania alimentar e a autonomia dos povos. Teia dos Povos é uma articulação de comunidades, povos e organizações rurais e urbanas para a construção de uma Aliança Negra, Indígena e Popular solidária.



Ricardo Assis Gonçalves: pesquisador da Universidade Estadual do Goiás, na cidade de Goiânia, é geógrafo e faz parte do grupo de pesquisa PoEMAS (sobre política, economia, mineração, meio ambiente e sociedade). Ele dedicou sua pesquisa aos conflitos gerados pela mineração e atualmente está estudando os impactos da extração de minerais críticos.



Marcos José de Oliveira: agricultor da região de Catalão, afetado pela mineração de nióbio e fosfato há 50 anos. Sua família foi desalojada no início e agora sua casa e terra estão novamente ameaçadas pela expansão da mina.



Mina de nióbio entre os municípios de Catalão e Ouvidor, abaixo do rio San Marcos.

Prólogo

“ *Rasgou meu corpo, de pedra
Levou, sem medo, sem pressa
Um pedaço de mim*”

Terra. Francisco Mário

Em novembro de 2025, na cidade de Belém-PA, o Brasil foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30). A realização da COP30 em uma cidade localizada na Amazônia brasileira foi simbólica e serviu de base para os debates sobre as mudanças climáticas e os desafios da transição verde. Nesse evento, perspectivas distintas sobre o enfrentamento do desastre ambiental global se destacaram: de um lado, chefes de Estado e de governo, diplomatas e representantes de empresas de tecnologias, de energia e de mineração discutiam temas como estratégias de descarbonização e inovações tecnológicas para produção de energias renováveis; de outro, lideranças indígenas, integrantes de movimentos populares, ativistas ambientais e cientistas críticos, em especial de territórios do Sul Global, debatiam e evidenciavam as injustiças e desigualdades da transição verde.

Diante disso, pode-se dizer que a transição verde envolve uma dupla contradição. Em relação à primeira, para que novas tecnologias e infraestruturas necessárias para a economia de baixo carbono sejam produzidas por países ricos e desenvolvidos, milhares de toneladas de minerais são extraídas em periferias extrativas do Sul Global, transformadas em megazonas de sacrifício a céu aberto. Isso explicita uma transição desigual: enquanto os países desenvolvidos se beneficiam dos avanços tecnológicos, da agregação de valor em produtos de alta tecnologia ou por serem sede das grandes empresas de energia e mineração; países do Sul Global continuam exportando matérias-primas e produtos semielaborados. Isso expressa a continuidade de uma lógica neo-eco-colonial.

A segunda contradição refere-se ao fato de que a transição verde amplia estratégias de acumulação capitalista dependentes da colonização da natureza através do cercamento de bens comuns naturais como águas, solos, minérios e florestas. A fronteira de acumulação capitalista se utiliza de “negócios verdes”, “financiamento climático”, “mercados de carbono” e demais práticas especulativas. Nesse sentido, ela permanece ativa e em expansão, impondo o imperialismo extrativo sobre os territórios de países de regiões como a América Latina. Isso indica que as estratégias de acumulação incorporaram

os discursos em defesa da descarbonização, das energias renováveis e da economia circular.

A síntese dessas antinomias pode ser observada no Brasil. Seus territórios e sua geosociobiodiversidade estão expostos ao modelo econômico dependente da extração e da exportação de bens comuns naturais transformados em commodities agrícolas e minerais. O subsolo brasileiro, rico em minerais essenciais para as tecnologias da transição verde, está em disputa por potências globais como os Estados Unidos e países da União Europeia. Isso acaba por expor feridas dolorosas de um corpo-território ameaçado e fraturado, como ilustram os versos da letra de música *Terra*, de Francisco Mario, citados como epígrafe deste prólogo: “Rasgou meu corpo, de pedra / Levou, sem medo, sem pressa / Um pedaço de mim”.

Frente a isso, emerge a importância das lutas em defesa de justiça ambiental e contra a pilhagem de territórios de povos e comunidades ameaçados ou impactados pelo modelo hegemônico de transição verde. Ademais, é fundamental difundir as vozes das lutas em prol de territórios de vida plena, intensificando as resistências contra a racionalidade econômica predatória e colonizadora da natureza.

8

Nas últimas décadas, movimentos populares no Brasil como o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) semeiam lutas que emanam rebeldia. Por isso, quando ativistas, mulheres e homens de lutas, levantam suas forças e vozes para dizer que “não se pode falar de justiça climática sem nossos territórios organizados”, o fazem com consciência e coragem radicais. Suas pedagogias de resistências seguem irmanando solidariedade nos territórios profundos de países do Sul Global como Brasil.

Ricardo Assis Gonçalves

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e pesquisador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

O que as ativistas e defensoras da terra no Brasil têm a dizer sobre a urgência climática e a transição verde? Como essa transição está sendo vivenciada no país que recebeu a COP30 com um grande discurso climático, mas que, ao mesmo tempo, ainda está comprometido com a lógica desenvolvimentista? E quais alternativas as pessoas estão criando? Convencidas de que temos muito a aprender com suas lutas, indígenas, comunitárias e do campo no Brasil para informar nossos debates sobre justiça climática, reunimos algumas das reflexões compartilhadas por ativistas, defensoras da terra e líderes comunitárias.

De 27 de outubro a 22 de novembro de 2026, uma equipe do ODG viajou pelo território brasileiro para se reunir com as lutas de resistência ao extrativismo de terras raras e para participar da Cúpula dos Povos e das mobilizações que ocorreram por ocasião da COP30 em Belém. Estivemos no extremo sul da Bahia, em uma escola do MST, onde participamos de uma escola de formação junto com companheiras do MAM e onde está sendo articulada a resistência à mineração de terras raras. Também visitamos o estado de Goiás para conhecer os impactos da mineração de nióbio entre os municípios de Catalão e Ouvidor, onde agora também querem extrair terras raras. Este documento reúne as vozes de algumas das ativistas com quem nos encontramos.

9

Imagem:
Visita às minas de Catalão,
novembro de 2025.



1. Uma transição verde apressada coloca em risco a luta contra a emergência climática

“Tudo o que é tratado como urgente na transição energética e ecológica reflete as prioridades do capital, não as das pessoas”

Erahsto Felício

As companheiras entrevistadas concordam que a urgência da transição é, em última análise, impulsionada pelos interesses de lucro das grandes empresas e está deixando de lado outras prioridades sociais e climáticas. Enquanto isso, na Teia dos Povos, **Erahsto Felício** critica que a pressa com que a transição ecológica está sendo realizada não se traduz, por exemplo, na proibição do uso de agrotóxicos em grandes fazendas ou em concessões de água para a produção em larga escala de soja, algodão ou milho. “Se houvesse pressa, se houvesse urgência, seria para cuidar da água, seria para envenenar menos os aquíferos. Tudo o que é tratado como urgente na transição energética e ecológica reflete as prioridades do capital, não as das pessoas”, afirma com veemência.

10

Imagem:
Mina de nióbio e
fosfato em Catalão.



No entanto, o discurso da urgência é usado para legitimar a imposição de megaprojetos e a ascensão da mineração “verde”. “A narrativa de que é necessário extrair minerais para enfrentar as mudanças climáticas tornou-se um argumento para a expansão da fronteira extrativa mineral”, comenta **Ricardo Assis**, pesquisador da Universidade Estadual do Goiás. Atualmente, o Brasil é o país com a segunda maior reserva de terras raras do mundo, utilizadas em tecnologias renováveis, mas também na indústria militar. Por isso, Assis se refere a esse território como o “Eldorado dos mineiros”.

Essa narrativa favorece as corporações e os governos e legitima uma transição verde que se tornou uma estratégia de crescimento econômico, sem questionar o sistema extrativista e consumista que causou as mudanças climáticas. Do “lucro pelo lucro”, nas palavras de **Simone Rodrigues**, do Movimento Sem Terra. De acordo com Erahsto, essa é uma transição feita sob medida para as corporações, uma proposta baseada em investimentos, em ativos financeiros e não no desenvolvimento de um país. “Não há nenhum problema em construir uma turbina eólica. O problema é construir 300 turbinas eólicas em um território. Portanto, o problema é a escala”, acrescenta.

Mas, para essas comunidades, a questão não é apenas como, mas também para quê. Como Simone indica, a exploração dos recursos naturais deve ser pensada de forma a extrair o que é necessário para a existência, e não com a lógica desenfreada que está sendo proposta.



2. As comunidades locais estão sofrendo as consequências do extrativismo que beneficia as grandes corporações.

“*Todos os direitos são violados no caso da mineração*”

Rikartiany Cardoso

O extrativismo é um processo que se apropria da natureza para exportação, sem gerar desenvolvimento ou riqueza para as populações locais. **Karina Martins**, do MAM define os projetos extrativistas como causadores de morte para os territórios. Além disso, Simone denuncia que, em nome do desenvolvimentismo, os projetos estão sendo justificados de forma desenfreada, empobrecendo as pessoas e beneficiando apenas algumas empresas.

“Todos os direitos são violados no caso da mineração”, diz **Rikartiany Cardoso**, ativista do MAM. Por exemplo, em Catalão (Goiás), onde fica a segunda maior mina de nióbio do mundo e também há terras raras, **Marcos José de Oliveira**, um camponês da região, explica-nos que, devido ao processamento e à extração, sofrem com a contaminação da atmosfera, a crise hídrica e o cheiro de barata.¹ “A lógica das empresas de mineração, do capital, é esmagadora. Estamos vivendo um cenário aterrorizante, uma calamidade em termos de convivência”, diz ele. A população tem problemas de saúde, e também a saúde mental e emocional da população é afetada, diz ele. Além do deslocamento constante devido à expansão da mina. No caso da comunidade de Marcos, o deslocamento ocorreu por meio da judicialização. “O juiz pode retirar o título da terra e expulsar a família. Portanto, é uma invasão, só que legalizada”, diz ele.

Também é comum que os megaprojetos causem o desaparecimento de cemitérios, que são muito importantes para as práticas religiosas de origem africana. Karina fala sobre a violência que isso acarreta, perpetrada pelas empresas de mineração: “É muito doloroso saber que você nunca mais poderá prestar homenagem, nunca mais poderá acender uma vela”. E o mesmo acontece com as hidrelétricas, das quais o governo se orgulha porque se enquadram no marco da transição e representam **56% da geração elétrica no Brasil**. Mas, nas palavras da mesma ativista, “também é muito doloroso, porque sob as águas há uma cidade inteira, [...] não estamos falando apenas de concreto, estamos falando de subjetividades, estamos falando de memória, estamos falando de vida, estamos falando de pertencer àquele território. E não é fácil ser deslocado à força.

1

O termo surgiu como uma expressão popular entre a população da cidade para se referir ao cheiro emitido pela poluição do ar causada pelas indústrias de processamento de fosfato localizadas perto de bairros da classe trabalhadora. Assim, eles começaram a chamar esse cheiro, popularmente, de “cheiro de barata”.

As ativistas denunciam que o deslocamento forçado causado pelos megaprojetos tem impactos sociais como o aumento da pobreza, o desemprego, o fortalecimento do machismo, o aumento da desnutrição infantil e a mortalidade neonatal.

Outros abusos sofridos pelas populações afetadas pelos megaprojetos incluem a revitimização e “o processo de não as ouvir, de não lhes conceder poder decisório e construtivo”, conta Rikartiany. Além disso, ele explica como, nos processos judiciais, as comunidades geralmente não têm o apoio de cientistas independentes que possam certificar os danos e, em vez disso, as consultorias pagas pelas empresas distorcem os fatos.

Na ausência de ferramentas para obter justiça, Rikartiany defende a necessidade de uma reparação abrangente, “que inclua a responsabilização e a punição dessas empresas”. O direito à não repetição de crimes, de ser ouvido e de mobilizações públicas deve ser garantido. Oferecer apenas remuneração financeira às comunidades afetadas estaria fora dessa lógica, pois “não é reparação, é compensação cofinanciada.”

13

Imagem:
Barragem de rejeitos minerais próxima da exploração de nióbio e fosfatos em Catalao.



3. Uma genealogia colonial que perdura

Tanto as ativistas do MAM quanto as do MST sabem que os processos derivados do extrativismo não são novos, mas sim históricos e remontam ao início da era colonial. A exploração de territórios no Brasil, mas também em outros países da América Latina e da África, vem ocorrendo desde então. Rikartiany afirma de modo contundente que “a mineração é a genealogia dos desastres nos territórios invadidos. Algo secular”. Simone acrescenta que a negação da existência dos povos indígenas “legitima o poder de exploração dentro dos territórios”.

14



Muitos megaprojetos são realizados em territórios de povos tradicionais ou em territórios que já são vulneráveis, mas não costumam afetar os grandes proprietários de terras, como apontam Karina e Erahsto. E isso é injusto: “Se o objetivo é fazer uma transição ecológica, por que não começamos com aqueles que têm mais dinheiro, aqueles que têm mais recursos?”.

“ *Se o objetivo é fazer uma transição ecológica, por que não começamos com aqueles que têm mais dinheiro, aqueles que têm mais recursos?* ”

Erahsto Felício

Imagem:

Ativistas do MAM na Marcha dos Povos, realizada em 15 de novembro de 2025, em Belém, Brasil.



4. Soberania popular na mineração como antídoto para o extrativismo: propostas e alternativas

“Nada sobre nós sem nós”

Rikartiany Cardoso

A soberania popular, reivindicada pelo MAM, é uma proposta “para falar sobre os meios de produção na mineração, sobre dignidade, sobre direitos, sobre a classe trabalhadora, sobre os territórios diretamente afetados pelo poder”, explica Karina. Não se confia no Estado para resolver os problemas das classes trabalhadoras: “nada sobre nós sem nós”, resume Rikartiany.

Karina explica que, inicialmente, perceberam a necessidade de problematizar a mineração, romper com o imaginário desenvolvimentista e tornar visíveis os impactos sobre os povos invisíveis. Mas quando a questão da mineração foi trazida para o debate, viram que precisavam ir além e começaram a perguntar o que significa falar sobre mineração não apenas como um problema. A partir daí, começaram a pensar sobre o uso, a propriedade... E perceberam que é muito difícil pensar em um fim total e absoluto da mineração. Para eles, o problema é que o consumo agora é desenfreado: os minerais costumavam ser usados em proporções muito menores.

Com base nessa reflexão, eles elaboraram uma proposta baseada em três pilares:

- A primeira é a defesa de territórios livres de mineração, ou seja, aqueles “territórios que ainda não foram atacados”. Karina enfatiza que isso é especialmente importante para os territórios onde vivem populações indígenas e povos tradicionais. Ela lembra que a resolução 169 da OIT - que surgiu da organização coletiva - estabelece claramente o direito dos povos de decidir.
- Em segundo lugar, também reivindicam o controle do território e levantam a necessidade de reivindicar não apenas a função social da terra (reconhecida na Constituição brasileira), mas também a função social do subsolo. Karina explica que tudo o que está abaixo da terra é patrimônio do governo federal e isso cria uma contradição, pois um território pode ter direitos coletivos reconhecidos pela reforma agrária, mas “se houver um pedido de estudo de mineração, você tem que se mudar”.
- O terceiro pilar é a democratização da renda da mineração. Um primeiro passo seria a população decidir como o imposto pago pelas empresas de mineração deve ser gasto, por exemplo em educação, moradia ou para

promover outras práticas econômicas no território... Esse imposto não é revisado há muito tempo e a porcentagem de compensação é muito baixa. Atualmente, ele é gerenciado por prefeitos locais, sem prestar contas a ninguém, diz Rikartiany.

Por fim, Karina reflete sobre a soberania a partir de uma perspectiva feminista: “Quando falamos de soberania, também estamos falando de soberania sobre nossos corpos, sobre corpos territórios. Para confrontar a misoginia, o patriarcado, o racismo, não apenas o racismo ambiental, mas também o estrutural, ao qual todos sempre estamos sujeitos. A estrutura machista brasileira é muito forte. Portanto, é uma luta constante, uma luta contra o capital e, às vezes, contra nossos próprios camaradas internos.



“ Quando falamos de soberania, também estamos falando de soberania sobre nossos corpos, sobre corpos territórios”

Karina Martins

17

Imagem:
Ativistas do MAM na Marcha dos Povos, realizada em 15 de novembro de 2025, em Belém, Brasil.

Conta-nos que, na verdade, a base do MAM é feminina, as mulheres são as primeiras a se organizar para defender o território, pois são as mais preocupadas com sua transformação, enquanto os homens tendem a aceitar o discurso do progresso econômico. Entretanto, também reconhece que ainda há pouco reconhecimento desse protagonismo feminino nos espaços de luta. Elas estão trabalhando para mudar isso, desenvolvendo protocolos para que as mulheres possam se sentir parte desses espaços, também como produtoras de conhecimento válido. Defenderam o direito das mulheres de decidir sobre seus corpos, mas também de ter acesso à educação para obter autonomia econômica e intelectual.

5. Diante da emergência climática, os povos do Brasil recuperam seus conhecimentos

Os povos tradicionais têm um conhecimento único sobre os ciclos de vida e a reprodução da natureza. Erahsto afirma que “são eles os guardiões da vida, os que estão guardando florestas, estuários, manguezais; biomas muito sensíveis sem os quais muitas espécies de animais migratórios morreriam”. Portanto, argumenta que seria urgente garantir a consolidação dos direitos desses povos para a sustentabilidade da vida.

Um exemplo dessa proteção da vida pelos povos indígenas é a luta do povo Pataxó para reflorestar e recuperar as florestas afetadas pelo agronegócio e pelo desmatamento, por meio de técnicas agroecológicas e manejo agroflorestal. A líder indígena Pataxó, **Ingrid Ægohó** explica que isso é fundamental para sua sobrevivência. Sem florestas, “como teremos rios, peixes para nos alimentar, água para beber, como viveremos sem as árvores que dão vida às nascentes”, pergunta ela.

É por isso que o MST, ciente da urgência climática e da ameaça do desmatamento, embarcou em um projeto para plantar 100 milhões de árvores em todo o país. Ingrid, que colabora com o projeto, explica os objetivos da seguinte forma: “Plantar sementes, árvores frutíferas, para que a água possa chegar aos rios, para que possamos ter nosso alimento também, nossas ervas medicinais das florestas. Se não tivermos uma floresta, não tivermos vida, como vamos nos curar?”

Orgulhosa desse projeto, Simone diz que a agroecologia mostra soluções para neutralizar a transição baseada em soluções de grande tecnologia que continua a promover o consumismo. E com Ingrid elas nos lembram que os povos indígenas, quilombolas e tradicionais sempre praticaram a agroecologia, mas que é difícil levá-la para o restante da sociedade nas cidades. Além disso, ela enfrenta outros obstáculos, pois os territórios onde é praticada estão sendo invadidos pelo agronegócio, alerta Ingrid.

Erahsto acrescenta que esse conhecimento deve ser compartilhado entre territórios, em escala internacional. Por exemplo, compartilhar técnicas de produção em climas semiáridos entre territórios afetados pela desertificação. “Talvez vejamos o internacionalismo da forma menos urgente para os territórios”, reflete ele, pedindo que promovamos intercâmbios que vão além das ideias, para compartilhar as ciências das pessoas. E encerra com esta reflexão: “Tenho certeza absoluta de que as perspectivas cosmológicas e filosóficas de um povo podem ajudar o outro em um momento de grandes transformações como o que estamos vivendo. Portanto, os mestres desses povos devem se deslocar de um lugar para outro, transmitindo sua sabedoria ancestral, mas também seus ensinamentos sobre a terra.

“

Como teremos rios, peixes para nos alimentar, água para beber, como viveremos sem as árvores que dão vida às nascentes?”

Ingrid Ágohó

Imagem:
Participantes do curso sobre terras raras na Escola do MST Egidio Brunetto.



